

EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

Marcos Francisco Martinsⁱ

Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL
mmartins@lexxa.com.br

RESUMO:

O texto que se segue é resultante das reflexões iniciais feitas acerca do objeto de pesquisa denominado “educação sócio-comunitária” e se divide em três diferentes partes. Na primeira são apresentadas, em linhas gerais, os elementos mais significativos do contexto econômico e ético-político neoliberal vivido pelos brasileiros nas últimas duas décadas, ressaltando-se as suas repercussões na práxis dos movimentos sociais organizados. A seguir, são identificados dois tipos distintos de práxis que interatuam nesta realidade, quais sejam a “práxis social” e a “práxis comunitária”. Na terceira parte destaca-se que cada uma dessas “práxis” tem seu correspondente processo de ensino-aprendizagem, identificados como sendo a “educação social” e a “educação comunitária”, marca distintiva do “terceiro setor”. Por fim, o texto é concluído com a afirmação daquilo que se constitui na hipótese formulada até o momento sobre a educação sócio-comunitária: ela está em processo de construção.

Palavras-chave: Educação; educação comunitária; educação social; movimentos sociais; práxis; “terceiro setor”.

SOCIAL-COMMUNITARIAN EDUCATION IN CONSTRUCTION

ABSTRACT:

This article presents the first reflections about one research about the object called social-communitarian education. The text is structuralized in three parts. In the first one it is presented the main elements of the economic and ethic-political neoliberal Brazilian context, emphasizing its results in a praxis of the social movements. Then, it is identified two different kinds of praxis that interact in this reality: “social praxis” and “communitarian praxis”. In the third part, the author says that each “praxis” has its correspondent process of teaching-learning: the “social education” and the “communitarian education”, this characteristic of the “third sector”. At last, the article concludes asserting the hypothesis made until this moment about social-communitarian education: it is in process of construction.

Key-words: Education; communitarian education; social education; social movements; praxis; third sector.

Introdução

O texto que se segue originou-se das reflexões que passamos a fazer em decorrência da nossa vinculação ao Programa de Mestrado em Educação Sócio-comunitária do UNISAL (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade Americana), que ocorreu em fevereiro de 2005.

O trabalho com o objeto “educação social e comunitária” ao longo do ano tem se demonstrado por demais inusitado e desafiante. Nossas primeiras aproximações investigativas indicam que ele realmente se revela como algo que está ganhando contornos claros e bem definidos na dinâmica societária atual. E neste movimento por se constituir

como uma modalidade educativa, a “educação social e comunitária” tem interferido de maneira bastante peculiar na realidade hodierna, o que a habilita como um objeto de pesquisa das ciências da educação.

Sem abdicar da polêmica que existe em torno da identificação da “educação social e comunitária” como algo “novo” nas relações sociais, mas fazendo da controvérsia um dos elementos motivadores da pesquisa que estamos empreendendo, passaremos a expor os resultados de nossas primeiras investidas sobre esse objeto delimitado no âmbito da educação. O intuito é o de conhecê-lo em sua gênese e desenvolvimento, bem como observar seus limites e possibilidades, suas contradições e as forças que promovem a mediação de sua existência.

Como estamos somente no início deste processo de conhecimento da “educação social e comunitária”, o que vamos expor nada mais é do que um esboço inicial da sistematização de nossas primeiras formulações sobre esse objeto que está sendo estudado. Ressaltamos, porém, que o conteúdo do texto que se segue não se constitui como uma simples constatação teórica resultante de reflexões e pesquisas, mas está sendo encarado como parte do desafio militante de quem procura superar a dicotomia estabelecida entre a “educação social” e a “educação comunitária”, mediante uma práxisⁱⁱ que seja capaz de articulá-las tendo em vista um projeto estratégico de transformação global da vida social.

A realidade econômica e ético-política resultante do neoliberalismo

Mais do que qualquer realidade vivenciada em outros períodos históricos, o mundo atual se nos apresenta como algo que se modifica constantemente. Sua forma de ser é, de fato, um vir-a-ser-outro a cada instante, que se estabelece em um ritmo cada vez mais frenético. Neste processo, as diferentes dimensões da realidade vão se identificando e/ou se contrapondo ao modo de ser vigente, estabelecendo na totalidade uma dinâmica que motiva a realidade a ganhar outros contornos.

Esse não é um processo novo e nem, muito menos, observado recentemente. Pelo contrário, desde a Antiguidade o devir como elemento ontológico já fazia parte das reflexões dos filósofos de então. Heráclito e Aristóteles constituem-se como exemplos paradigmáticos dessa concepção de mundo cujo movimento é seu elemento primordial e princípio explicativo.

O problema é que, a partir da década de 90, do século passado, o movimento da realidade e de todos os seus processos constitutivos se intensificou de uma maneira impressionante. Com isso, o mundo ganhou novas configurações e conteúdos, que são notados até mesmo pelos mais desatentos observadores da realidade.

As relações econômicas são um dos destaques nesse pressuroso processo mutante vivido hoje em dia, pois que elas se alteraram consideravelmente nas últimas décadas e, por interatuação, promoveram e promovem modificações em todo sistema global de vida. Pelo que se observa na vida concreta do homem contemporâneo, a base material da sociedade transformou-se significativamente com a flexibilização das relações de produção, ou melhor, o homem forjou um novo jeito de produzir, de fazer circular e de consumir as mercadorias, e isso tem tido uma forte repercussão na produção e reprodução da forma de vida contemporânea.

Na verdade, na atual fase de desenvolvimento do capital, o processo de produção articulou-se com a informática, com a inter-comunicação entre máquinas e processos gerenciados por diferentes signos e linguagens (DEL RIO e SILVA, 2003, 26). Disso resultou a automação das tarefas produtivas rotineiras, praticamente não restando mais ao homem aquelas funções estritamente manuais, sistematizadas pelo fordismo e otimizadas

pelo taylorismo. Desse modo, “No pensamento contemporâneo tornou [quase] lugar-comum falar em ‘desaparição do trabalho’ (Dominique Méda), ou ainda em ‘fim do trabalho’ (ANTUNES, 2000, p. 08).

Porém, simultaneamente a essa “redução do trabalho taylorizado [ocorre] uma ampliação do trabalho intelectual nas plantas produtivas de ponta” (idem, p. 09). E isso leva à apropriação “não apenas dos músculos do trabalhador, mas também de seu cérebro” (DEL RIO e SILVA, 2003, p. 25). Ou seja,

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada (idem).

Nessa nova dinâmica produtiva e reprodutiva da vida social, o da acumulação flexível do capital, tornaram-se também decisivos outros elementos e processos até então existentes, mas não de forma tão preponderante como hoje se nos apresentam. Neste novo mundo, sem dúvida é mais fácil e lucrativo especular do que produzir. Porém, disso não se pode inferir, a não ser por “um grande equívoco” (ANTUNES, 2001, p. 15) interpretativo, que o trabalho não tem mais centralidade na determinação das relações sociais. Pelo contrário, ele continua tendo centralidade na realidade presente (ANTUNES, 1995) mesmo ante ao protagonismo alcançado pela ciência e tecnologia, pois “não se deve esquecer que a ciência está subordinada, na ordem atual, aos imperativos do capital e se articula ao trabalho no processo de sua valorização” (DEL RIO e SILVA, 2003, p. 26). É por isso que o trabalho não deixa de se “converte[r] em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade” (ANTUNES, 2000, p. 08).

Aliado a isso ocorre ainda uma desregulamentação da vida, ou melhor, a sua completa “flexibilização”. Defendida por muitos liberais como o apanágio da civilização hodierna, esse processo tem realmente representado uma piora na vida dos trabalhadores, atingidos mortalmente pelo “desemprego estrutural”^{iv}, já que se constituem como uma classe social que vive do trabalho. Seus direitos sociais e trabalhistas, conquistas históricas, estão sendo flexibilizados, isto é, engolidos pela voracidade do capital, que se movimenta para conseguir no setor produtivo o mesmo nível de lucratividade alcançado pela especulação financeira.

Tal processo econômico avança sobre o globo, alcançando quase que indistintamente as mais distantes partes do mundo. E isso afeta diretamente os Estados Nacionais, que detinham sob seu comando o poder de regulamentação das relações sociais. Porém, hoje, privatizados e submetidos à lógica do capital, ou melhor, reduzidos a um “Estado Mínimo”, os Estados Nacionais vêm-se com pouquíssimas alternativas para manter a sua auto-determinação.

Esse contexto fornece indícios de que realmente o capitalismo, como um processo mundializado, tem esgotado a sua capacidade civilizatória neste início de século XXI. De modo que, “com a globalização ocorre a metamorfose do sistema de desigualdade social no capitalismo para um sistema de exclusão social” (GOHN, 1999, p. 11). Ou seja, de um sistema cuja lógica de funcionamento promovia a desigualdade social, o capitalismo está se tornando um modo de vida cujo resultado é a exclusão social das amplas camadas sociais, a “marginalidade crescente de setores cada vez mais amplos da população” (GENTILE, 1995, p. 233).

Todavia, o desenvolvimento alcançado pelo modo de produção e reprodução capitalista na era do neoliberalismo é bastante contraditório: ao mesmo tempo em que tem gerado medos, dúvidas e aflições, desperta também paixões e otimismo de toda ordem. De um lado, há os que percebem neste processo a apropriação sem limites do capital, que invade as mais diferentes esferas da realidade humana, alienando ainda mais o homem e consolidando sua reificação e a fetichização das mercadorias por ele produzidas; de outro, há os que vêem neste fato a real possibilidade de libertar a consciência humana da ideologia dominante, bem como o homem da exploração pelo trabalho e de todas as condições que o aprisionam.

Entretanto, o que se torna claro tanto em um quanto em outro posicionamento é que eles corroboram a assertiva marxiana de que o processo de consolidação do modo de produção capitalista, desenvolvendo-se, gesta os germes de sua própria superação. No primeiro caso porque o aumento da exploração criou e cria as condições para que os trabalhadores e trabalhadoras explorados tenham uma identidade a partir da qual podem se mobilizar contra as situações que geram a sua coisificação e todos os seus malefícios ético-políticos e culturais, e no segundo porque os mesmos “instrumentos” que desenvolvem o capital, como é o caso da ciência e da tecnologia, podem ser utilizados para combatê-lo.

Isso se constitui em um consistente contra-argumento às concepções mecanicistas do desenvolvimento econômico e social (veja-se as teses defendidas pela II Internacional), visto que, ao contrário do que elas afirmam, a realidade não progride segundo uma teleologia que lhe é inexoravelmente imanente, mas desenvolve-se de acordo com as condições objetivas e subjetivas presentes na conjuntura. De modo que, pode-se dizer, o futuro está em aberto, ou seja, será construído pelas práxis dos sujeitos individuais e coletivos, não sendo pré-determinado mecanicamente pelo desenvolvimento linear e inequívoco da formação econômica e social.

O problema é que a (des)ordem neoliberal vivida contemporaneamente no Brasil e em outros países latino-americanos (ANDERSON, 1987), que admite o mercado como demiurgo do mundo, submetendo tudo à sua lógica privilegiadora dos interesses da classe que domina e dirige as relações sociais, reduziu o espaço e a força de expressão dos interesses populares, piorou as condições de vida das classes subalternas e aumentou consideravelmente o desafio daqueles que pretendem construir uma outra ordem econômica, social, política e cultural.

Mas não é só isso. Para complicar ainda mais o cenário dos que trabalham com a possibilidade de transformação radical das relações sociais, percebe-se que a passividade ético-política campeia na formação econômica e social brasileira. De sorte que ela está contaminando a práxis individual de militantes históricos, bem como a de expressivos movimentos sociais organizados.

De fato, a cooptação político-ideológica, o “transformismo” e a resignação tornaram-se um expediente muito presente no comportamento de muitos militantes político-partidários, sindicais e daqueles envolvidos com os movimentos populares, que em passado recente se engajaram nos processos de luta sócio-política. A ética revolucionária e seus princípios fundados na igualdade, na gratuidade, solidariedade, na ação pelo, para e com o coletivo social, características próprias da cena e de muitos metadiscursos modernos, tem sido substituída pela passividade política, pelo individualismo prazeroso, pelo hedonismo, pela ação em busca da contemplação pessoal do real em sua diversidade, em sua pluralidade assimétrica.

Além disso, os movimentos sindicais e operários vivem em um refluxo de mais de uma década (ANTUNES, 2001, p. 18), os partidos críticos à ordem deixaram-se contaminar pela estratégia eleitoral, os intelectuais^{vii} e as instituições comprometidas com

as mudanças adequaram-se^{viii} também. Pouca ressonância tem a ação das pessoas ou grupos organizados que se movimentam para questionar este sistema de vida, que

não pode ser estendido a toda a humanidade, por apresentar limites ecológicos, populacionais e por ser estruturalmente contraditório. Contraditório entre os requerimentos da acumulação progressiva que esse modelo exige, com a concentração crescente do capital, da tecnologia e do poder no Norte, e a exclusão das maiorias do Sul, que exigem não só a sobrevivência, mas a participação em um nível de vida que permitam a democracia e a paz (GOROSTIAGA, 1999, p. 72).

Se já era muito difícil a mobilização social anti-capitalista, após a onda neoliberal que varreu o mundo nos últimos 20 anos ela se tornou ainda mais complicada e difícil, sobretudo porque “As diversas formas de resistências de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para *além do capital*.” (ANTUNES, 1995, p. 36 - grifos do autor) Neste contexto ético-político, a efetiva mobilização e organização social com vista a construir uma realidade superadora da situação neoliberal vivida em muitos casos se transformou em retórica de movimentos sociais fragmentados, desterritorializados, desnacionalizados, especializados, organizados a partir de reivindicações de minorias sociais, muitos deles articulados em torno da crítica à globalização (vide as ações desenvolvidas por aqueles que se participam no Fórum Social Mundial, qualificado pelo ex-Ministro da Educação, Tarso Genro, como o “espetáculo da Internacional dos fragmentos”), mesmo tendo esse conceito um significado diferente para cada um desses grupos sociais.

Difícil questionar a repercussão arrasadora da hegemonia capitalista sob a égide neoliberal no interior dos movimentos sindicais combativos. Ao mesmo tempo em que o desemprego, a precarização do trabalho, o seu ritmo e intensidade aumentaram, as bases sindicais mais organizadas viram-se diminuídas em número de trabalhadores. Com isso, os sindicatos combativos, em sua maioria articulados em torno da Central Única dos Trabalhadores - CUT -, perderam muito de sua capacidade de mobilização e, conseqüentemente, poder na correlação de forças sociais. Tal recuo foi consolidado com o surgimento no Brasil do chamado “sindicalismo de resultados”, isto é, um movimento sindical que empreende lutas não estratégicas em busca de ganhos mais imediatos. Essa postura é defendida abertamente por muitas entidades filiadas às centrais sindicais, mormente as da Força Sindical, mas nos últimos anos também tem ganhado espaços no interior da própria CUT.

Como não poderia deixar de ser, esse refluxo do movimento operário foi sentido pelos partidos de esquerda, ou melhor, por aqueles ideologicamente afinados com a luta socialista-revolucionária. O caso mais emblemático é o do Partido dos Trabalhadores, o PT. Fundado em princípios críticos ao capitalismo e apontando em sua origem perspectivas socialistas-revolucionárias, este partido foi identificado por estudiosos da ciência política e mesmo por significativa parcela dos intelectuais orgânicos nacionais como um dos maiores patrimônios que classe trabalhadora brasileira construiu nos últimos anos. Porém, a partir do final da década de 80 e início da de 90 do século XX, viu-se hegemonizado por correntes internas afeiçoadas às teses social-democratas e liberais. Hoje, tendo conquistado espaços institucionais importantes na realidade política nacional, como é o caso das prefeituras, dos governos estaduais e da Presidência da República, ele se encontra nas mãos de dirigentes que falam em mudança da ordem econômica e social, mas continuam a aplicar o receituário do Consenso de Washington, amiúde com mais radicalidade do que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Muito embora se tenha focos de resistência à (des)ordem capitalista no mundo e no Brasil, não é difícil constatar que o neoliberalismo impactou e impacta de maneira bastante significativa a luta dos movimentos sociais comprometidos com a causa dos trabalhadores. Apesar de ainda termos grandes mobilizações populares, que resistem ativamente à consolidação dos princípios, dos métodos e das finalidades do capitalismo neoliberal - como é o caso das promovidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Brasil -, é preocupante a situação daqueles comprometidos com a superação do atual *status quo*.

Enfim, do que foi dito resultam claras conclusões econômicas e ético-políticas sobre o momento atualmente vivido na formação econômica e social brasileira. Economicamente, o desenvolvimento capitalista orienta-se pelo neoliberalismo, que se constitui como uma “*saída para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir dos anos 60 e começo dos 70*” (GENTILE, 1995, p. 230 - itálicos do autor). Ético-politicamente, as relações sociais vêm-se afetadas decisivamente por essa situação econômica que, “desprovid[a] de orientação humanamente significativa, assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva” (ANTUNES, 2001, p. 15), tanto que destrói as tradicionais formas de luta das classes subalternas.

A “práxis social” e a “práxis comunitária”

Pelo que se viu da atual situação econômica e ético-política, é possível dizer que o modelo de desenvolvimento neoliberal construiu um cenário arrasador para os que pretendem a superação da realidade capitalista, nomeadamente as classes subalternas. Sob o ponto de vista econômico, elas estão sendo projetadas à exclusão, e ético-politicamente suas formas tradicionais de resistência, organização e luta para superar os problemas que se lhes apresentam estão em xeque.

“Que fazer?”, já se perguntou Lênin um dia. Com esse mesmo questionamento em mente e tendo em vista o cenário nefasto promovido pelo desenvolvimento capitalista orientado pelo neoliberalismo, o que se observa é que na realidade brasileira estão nascendo algumas formas diferentes de organização e ação social, só que profundamente diferentes da “*teoria revolucionária e da prática revolucionária*” (FERNANDES, 1978, p. VIII - grifos do autor), formuladas principalmente pelo movimento socialista ao longo dos séculos XIX e XX.

Diante da crise das formas tradicionais de organização e luta das classes subalternas e do refluxo dos movimentos sociais organizados (partidos e sindicatos principalmente, como se verá a seguir), no cenário atual tem ganhado destaque o chamado “terceiro setor”.

Mas o que seria o “terceiro setor”? Eis uma pergunta com muitas respostas, o que revela toda a polissemia deste termo por demais multívoco.

Ao atribuir significado ao “terceiro setor” é costumeiro dizer que ele é aquela parte organizada da sociedade que não é propriamente nem estatal e nem privado. Constitui-se em uma “nova”(?) esfera formada por iniciativa da sociedade civil organizada, ou melhor, por grupos sociais que se articulam coletivamente e tomam iniciativas na realidade presente tendo em vista a superação de alguns problemas mais prementes, que tornam a sobrevivência de amplas camadas das classes subalternas quase que um desafio diário.

Gohn identifica o “terceiro setor” como sendo o “setor público não-estatal, *locus* dos novos espaços de negociação e de conflito social e das práticas da educação não-formal” (GOHN, 1999, p. 12). Formado por organizações não institucionalizadas e por

indivíduos que se articulam para produzir de bens e serviços, este setor é formado por atores que muitas vezes estabelecem parcerias com o Estado e com as comunidades.

Apesar da controvérsia em torno da definição do “terceiro setor” - e hoje há muito debate em torno disso no Brasil e na América Latina -, não nos interessa saber *a priori* se ele é isso ou deixa de ser aquilo, isto é, não estamos interessados em produzir uma definição formal dele. Isso porque o que nos preocupa sobremaneira e o que desafia nossa capacidade heurística é a práxis sócio-histórica desenvolvida em nosso País e em outras realidades regionais. E ela hoje tem tido, nas múltiplas determinações que definem seus resultados, a mediação de grupos sociais organizados que não se identificam nem como estatais e nem como privados, no sentido *stricto* dos termos.

Tais grupos são compostos de agentes privados, isto é, formados por setores sociais sem vínculos institucionais com o Estado; porém, mantendo relações muito próximas dele e atendendo àquilo que não foi por ele atendido. De modo que muitas organizações do chamado “terceiro setor” chegam a receber, de forma direta ou indireta, recursos estatais^{ix}. Outros, também privados, atendem a demandas estatais; por exemplo: procuram superar os problemas advindos da ausência do Estado em alguns locais e setores sociais específicos. Outros, ainda privados, só atuam em função das parcerias que estabelecem com o Estado ou mesmo com organizações supra-nacionais ou supra-institucionais.

Mas isso não é tudo, pois que há também grupos do “terceiro setor” de caráter estatal. Observe-se que há organizações sociais que se reivindicam como sendo do “terceiro setor” que mantêm vínculos institucionais com o Estado, só sobrevivendo de seus recursos e atendendo às suas demandas^x, advindas “da crise de financiamento vivida pelos agentes estatais, nomeadamente a partir da década de 80” (HOROCHOVSKI, 2003, 122). Isso sem considerar algumas organizações formadas no interior das máquinas e repartições do Estado, cuja atuação se identifica com a do “terceiro setor”.

Se essas são as proximidades e distanciamentos que o “terceiro setor” estabelece em relação ao “primeiro setor” - o setor público -, quais seriam as suas semelhanças e diferenças mais características em relação ao “segundo setor” - o setor privado?^{xi}

A principal semelhança é que seus agentes são também privados, embora alguns indivíduos dedicados à “práxis comunitária”, como afirmamos, integrem profissionalmente as máquinas estatais e fazem uso dela em suas “ações comunitárias”. Entre as diferenças mais significativas, temos que sua finalidade não está limitada aos interesses privados, como é o caso de uma empresa, isto é, o “terceiro setor” não objetiva declaradamente auferir lucros mediante os bens e serviços que produz.

Que seja bem entendida aqui a expressão “declaradamente”, uma vez que há muitas organizações autodenominadas do “terceiro setor” que funcionam como empresas que auferem vantagens econômicas ao prestar serviços e produzir bens^{xii}. Porém, a forma obtenção de retorno econômico em função da atividade desenvolvida não é mesma das empresas privadas - que pela exploração da mão-de-obra mediante a posse dos meios de produção acumulam capital, distribuem dividendos e lucros e reinvestem na produção tendo em vista a maior acumulação -, mas muito próxima de um profissional liberal, que ao atender a uma demanda específica obtém como retorno a garantia de sua sobrevivência.

Tanto isso é verdade que muitas pessoas hoje em dia sobrevivem das atividades que desenvolvem junto ao “terceiro setor”. Muito embora o voluntariado seja a forma predominante de relação de trabalho desse “setor” (?) - até mesmo porque é mais barata -, há muitos profissionais que nos dias de hoje se especializaram no atendimento às suas demandas.

Como se vê, a caracterização do “terceiro setor” é complexa, como complexa é a realidade que emerge da dinâmica societária atual. Ele é, sobretudo, uma forma de agir,

que se orienta por determinados princípios, tendo em vista objetivos, que são perseguidos por um método, que varia de organização para organização. De modo que é impossível definir as organizações e grupos do chamado “terceiro setor” pelos problemas que tratam, pois eles são distintos (AIDS, analfabetismo, preservação da Mata Atlântica etc.), pelos métodos que utilizam, já que são diferentes (educação, treinamento para o trabalho, promoção de organização econômica cooperada, atendimento à saúde e suporte hospitalar, entre outros), pela natureza e objetivos de suas ações (às vezes públicos, às vezes privados, às vezes “coletivos” etc.), e nem, muito menos, em função das situações que vivenciam, que não são nada parecidas (em regiões diferentes e com populações distintas).

De fato, se “a expressão ‘terceiro setor’ em si mesma não diz nada, é preciso atribuir-lhe um conteúdo” (RAZETO, 1999 - tradução nossa) para que se possa conhecê-la e emitir sobre ela algum juízo. Então, vejamos quem realmente são os sujeitos do “terceiro setor” para que se possa conhecê-lo em sua gênese e desenvolvimento.

Sabe-se que muitas ONG’s (Organizações Não-Governamentais)^{xiii} e Fundações, formal e legalmente constituídas, se apresentam com tendo o perfil paradigmático do “terceiro setor”. Algumas, inclusive, são financiadas pelos governos dos diferentes níveis, pela iniciativa privada e até mesmo por agentes financeiros nacionais e internacionais, em especial pelo Banco Mundial (Cf. ARRUDA, 1996 e HADDAD, 1998).

Contudo, o “terceiro setor” não é composto somente por Fundações legalizadas e ONG’s^{xiv}. Sob sua denominação também encontramos alguns “Clubes de Serviço”, Cooperativa de produtores e de comerciantes, “Associações autogestionárias”, “Grupos de Amigos”, “Associações de Mães”, “Associações de Voluntários” da empresa privada “fulana”, da empresa estatal “cicrana”, da Igreja “beltrana”. Muito embora haja uma “multiplicidade de organizações que podemos considerar integrantes potenciais do ‘terceiro setor’” (RAZETO, 1999 - tradução nossa), grande parte delas em sua ação manifesta um perfil similar, qual seja o de não se vincular formal e organicamente nem ao setor privado e nem ao setor estatal. Daí serem identificados como pertencentes a um outro setor, que seria o “terceiro setor”.

Neste sentido, a definição de “terceiro setor” se apresenta não como uma afirmação, mas como uma negativa em relação à sua identidade com os sujeitos sociais que até então atuavam na realidade: o setor público - “primeiro setor” - e o setor privado - “segundo setor”. Desse modo, sua existência se justifica pela negação das formas existentes de “agir social” e não por uma identidade própria, já devidamente consolidada.

Definido pela negativa de identificação com os setores já constituídos, então dele podem participar “praticamente todos os tipos e formas de organização social, qualquer que seja a natureza de sua iniciativa e experiência” (RAZETO, 1999 - tradução nossa). Interessante observar que é justamente a imprecisão de sua própria identidade que identifica o “terceiro setor” como aquele que “**pode convocar quase a todos**” (idem - grifos do autor), sem a sua necessária adesão “pré-estabelecida e rígida a um determinado projeto ideológico” (idem). Paradoxalmente, portanto, a identidade ideológica do “terceiro setor” está justamente no discurso da negação ideológica, que há muito é conhecido como uma das formas de reprodução do modo de produção da vida social, pois que “numa determinada sociedade ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal.” (GRAMSCI, 1980, p. 151)

Como explicar o surgimento e desenvolvimento desse fenômeno societário? É difícil responder a esse questionamento, mas talvez Antonio Gramsci possa nos ajudar um pouco, já que se dedicou à tarefa de conhecer as formas de reprodução do modo de vida capitalista em suas dinâmicas objetivas e subjetivas.

Muito embora tenha vivido em outro período histórico, Gramsci teve a possibilidade de vivenciar o começo deste processo que fez o capitalismo ganhar os inusitados contornos atuais. Em suas perspicazes observações e intervenções na realidade, ele chegou a formular conceitos que ainda mantém capacidade heurística suficiente para nos auxiliar na tarefa de desvendar a dinâmica societária capitalista. Em relação à investigação sobre o “terceiro setor”, os conceitos de “bloco histórico”, de “Estado ampliado” e de “intelectual” são particularmente muito significativos.

Se considerarmos, como indicou Gramsci, que as modernas formações econômico-sociais ocidentais são resultantes do dinâmico entrelaçamento de duas esferas societárias, a sociedade civil^{xv} e a sociedade política^{xvi}, poderemos identificar a “práxis comunitária” desenvolvida pelo “terceiro setor” como uma ação da sociedade civil que, respaldada por “intelectuais”^{xvii}, resulta na manutenção do “bloco histórico”^{xviii} dominante e dirigente.

De fato, para se reproduzir como sistema de vida hegemônico, o capitalismo procura conformar um “bloco histórico” que garanta a hegemonia da classe dominante economicamente e dirigente no sentido ético-político. E faz isso utilizando os recursos e aparelhos da sociedade civil e da sociedade política, numa operação mediada pelos intelectuais comprometidos com manutenção da realidade presente.

Isso coloca em funcionamento uma série de iniciativas estatais e não estatais capazes de reproduzir as relações sociais capitalistas, tornando as classes subalternas um conjunto de indivíduos identificados economicamente e também pela submissão que vivenciam. Entre essas iniciativas encontram-se as do “terceiro setor”, pois que seus empreendimentos procuram garantir o “bom” funcionamento do sistema de vida, forjando nas classes subalternas um padrão de comportamento ético-político adequado à lógica econômica vigente, incorporando-se a ela e retroalimentando-a.

A palavra “terceiro setor”, porém, parece querer representar um projeto social cujos interesses estão além dos interesses estatais e privados. Sugere-se como um “novo” sujeito social cuja ação não se confunde nem com a do Estado e nem com a da iniciativa privada, porque é neutra ideológica e politicamente. Ora, isso esconde e revela muitas coisas. Revela que o compromisso da “práxis comunitária” não é propriamente com os projetos de libertação das condições que produzem as carências de toda espécie e as vergonhosas desigualdades sociais; sobre essa questão prefere assumir a “neutralidade”, o silêncio, a indiferença, que como diz Gramsci “é o peso morto da história”. Esconde, todavia, que os resultados de suas ações colaboram com a manutenção do *status quo*, pela indiferença ético-política que manifesta. Isso sem contar que “Falar em ‘terceiro’ setor tem, ademais, ressonâncias que poderiam associá-lo à ‘terceira via’ como concepção política que postula uma série de projetos intermediários entre o capitalismo e o socialismo” (RAZETO, 1999), mas que historicamente serviu como salvaguarda das reformas neoliberais^{xix}. Aliás, a expressão “terceiro setor” advém da língua inglesa (*third sector*), e foi utilizada inicialmente por pesquisadores no pragmático ambiente norte-americano da década de 70 do século XX^{xx}, o que por si só já é revelador de muitos de seus fundamentos e finalidades.

Por conseguinte, o sentido da interpretação do “terceiro setor” mediada pelos conceitos gramscianos indica a possibilidade de se inferir que a “práxis comunitária” é reprodutora das relações sociais capitalistas vigentes. As assertivas de Sorj corroboram essa afirmação; diz ele que,

Como as reformas do Consenso de Washington não produziram os resultados esperados e se faziam necessárias novas idéias para transformar as instituições sociais, a sociedade civil atendeu à demanda por um conceito maleável com uma interferência indireta na política local e com apoio tanto da direita quanto da esquerda. O consenso em torna da

sociedade civil como ator capaz de produzir um curto circuito nas instituições estatais (consideradas como fonte de corrupção e de ineficiência) fazia dela a idéia adequada para a apropriação pelas instituições internacionais (Banco Mundial, sistema das Nações Unidas, e mesmo o FMI) Para o sistema das Nações Unidas, as ONGs são um aliado em sua luta para organizar uma agenda transnacional que contorne o monopólio dos estados-nação sobre o processo de decisões baseado no princípio da soberania (SORJ, op. cit., p. 10).

Ao observar a realidade presente se constata que realmente a “práxis comunitária” está reproduzindo as relações sociais capitalista, já que nela uma série de instituições interatuam para buscar alternativas ao momento de crise vivido, especialmente à crise econômica que afeta as classes empobrecidas, sem, contudo, se preocuparem em identificar e atacar a raiz dos problemas, ou melhor, o elemento determinante delas, que é o sistema global de vida, isto é, o modo de produção e reprodução da vida vivida sob a forma capitalista.

Aliás, é corriqueiro entre as organizações do “terceiro setor” enfrentar os problemas empiricamente, mas sem produzir uma crítica mais radical deles. Isso feito, acredita-se, resultaria em um questionamento do sistema global de vida, o que não é próprio do “terceiro setor”, que “é pouco ou nada politizad[o], na maioria das vezes avesso às ideologias e integrado às políticas neoliberais” (GOHN, 1999, p. 18).

Com essa perspectiva focalizada de ação, surgem diuturnamente iniciativas de pequenos grupos que procuram oferecer “saídas” a um certo número de problemas sociais específicos. Eles aumentam em número (FERREIRA, 2005) na mesma medida em que se verifica a “minimização do Estado”. Alguns deles chegam a trabalhar muito; seja por si mesmos, seja “terceirizando” políticas públicas, eles agem sistemática e empiricamente sobre os problemas identificados com o seu foco de atuação, que pode ser desde a devastação das matas ciliares dos rios urbanos ou da floresta amazônica, até os casos de violência doméstica contra as mulheres, de defesa dos direitos dos surdos e mudos, dos analfabetos, dos portadores da AIDS, dos negros, dos homossexuais etc. etc. etc. Com pouquíssima variação, a ação desenvolvida é sempre a mais direcionada possível, delimitada a um agrupamento social específico, sem qualquer vinculação com as demais ações desenvolvidas por outras organizações, na mesma ou em outras comunidades.

De modo que é possível dizer que a “práxis comunitária” tem um limitado alcance histórico, ou melhor, não há nela grandes preocupações em conhecer e nem em transformar globalmente a realidade, mas principalmente promover ajustes parciais, sem afetar a dinâmica global do modo de vida. Ao invés de redirecionar as relações societárias, as alterações minimalistas que a “práxis comunitária” nela promove colabora com a sua revitalização e reprodução, o que é bom para as classes dominantes e dirigentes, mas ruim para quem sofre as conseqüências da nefasta lógica da exclusão, da coisificação e do fetichismo próprios do sistema de vida sob a forma do “capitalismo flexível”.

Dizer isso, no entanto, não significa afirmar que a “práxis comunitária” não tenha qualquer impacto na vida concreta. Pelo contrário, ela tem sido tão impactante que se torna objeto de estudo das ciências humanas e sociais. Ademais, a realidade presente demonstra muito claramente essa força da “práxis comunitária” na sua dinâmica constituinte, mormente em se tratando da sua dimensão econômica.

A cidade de Campinas, localizada no Estado de São Paulo, é um bom exemplo para demonstrar isso. Neste município, um dos mais desenvolvidos economicamente do País, que comporta um dos cinco maiores pólos de ciência e tecnologia do hemisfério Sul do globo, em cuja região se produz cerca de 8,0% do PIB brasileiro, pesquisa recente

demonstrou que as 1640 ONG's existentes na cidade - número aferido pelo IBGE em levantamento realizado em 2002¹ - movimentam cerca de R\$ 50.000.000,00 anualmente, em um processo que agrega cerca de 30 mil voluntários. De todo esse volume monetário, cerca de 40% são provenientes de fontes privadas, sejam elas de pessoas físicas ou jurídicas, que contam com leis de incentivo a doações, e o restante advém de repasses dos setores estatais em seus diferentes níveis: municipal, estadual e federal. Muitas "ações comunitárias" desenvolvidas na cidade de Campinas pelas ONG's e pelas 174 instituições cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (número referente ao mês de agosto de 2005) são de caráter assistencialista, ou melhor, de atendimento a populações em situação de risco pela pobreza, pela fome, pelo abandono etc.

Muito embora o impacto na totalidade econômica seja significativo, as ações comunitárias do "terceiro setor" são caracterizadas pela fragmentariedade, que se aprofunda cada vez mais. Cada um toma atitudes que acha que deve tomar, enfrenta os problemas que pensa dever enfrentar e do jeito que acredita seja o mais conveniente, sem articular as iniciativas dos diferentes atores comunitários e nem, muito menos, atacar os problemas concretamente^{xxi}, que emergem da lógica que preside o desenvolvimento do capitalismo em sua fase atual da acumulação flexível.

A focalização da intervenção torna-se de tal ordem que o resultado alcançado na "práxis comunitária" não resulta em qualquer ameaça à sobrevivência do modo de vida social. Pelo contrário, adequa-se tão providencialmente à sua lógica de funcionamento que se transforma em sua válvula de escape, retroalimentando-o.

Mas em relação ao cooperativismo, ou melhor, à "economia popular", uma outra forte expressão do "terceiro setor", é possível afirmar também que as "ações comunitárias" aí desenvolvidas são reprodutoras e retroalimentadoras do sistema global de vida capitalista? Vejamos!

A partir da exclusão social resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, tem havido toda uma movimentação social de socorro às camadas da população pertencente às classes subalternas, muitas das quais projetadas à condição não de pobreza, mas de verdadeira indignidade. Entidades auto-identificadas como pertencentes ao "terceiro setor" têm investido abundantemente no cooperativismo como forma de enfrentamento deste problema.

Entretanto, o cooperativismo, que é visto hoje como salvaguarda dos excluídos do mundo do trabalho, não é um movimento novo no Brasil. Não obstante haja hoje no Brasil uma corrida às cooperativas, contando inclusive articulações estaduais e nacionais^{xxii} para a sua promoção, há legislações que normatizam seu funcionamento desde o princípio do século passado^{xxiii}. A normatização legal das cooperativas percorre o século XX até chegar em 1971, quando por intermédio da Lei 5764, ainda em vigor, define-se a Política Nacional de Cooperativismo e institui-se ao regime jurídico das sociedades cooperativas.

É interessante observar que o momento em que o cooperativismo ganha notoriedade como alternativa de sobrevivência às classes subalternas é justamente o mesmo período em que assistimos a crise da acumulação fordista do capital e o início do "capitalismo flexível" (década de 80 do século XX no Brasil). Mesmo sabendo que no passado o cooperativismo foi reivindicado e exercitado no princípio do século XIX pelos socialistas utópicos e pelos movimentos sociais de perspectiva anarquista, a forma como hoje é praticado não o identifica mais com os ideais socialistas ou libertários. Pelo contrário, se ele tem se tornado uma tendência muito forte, sendo amparado por governos das mais diferentes matizes ideológico-políticas, é porque não tem mais muita coisa em comum com os princípios e objetivos socialistas ou libertários, contrários ao sistema capitalista; constitui-se hoje nem uma "idéia associada à dimensão da empresa capitalista

que busca como resultado a eficiência administrativa-financeira que visa o lucro” (NORONHA, 2005), uma idéia que foi apropriada pela “acumulação e pelas políticas neoliberais que acabam por justificar e legitimar as desigualdades sociais e a retirada de direitos conquistados historicamente” (idem).

A “práxis comunitária” despolitizada e desideologicamente desenvolvida no meio social é profundamente diferente das ações historicamente desenvolvidas pelos setores subalternos, que começaram a se consolidar e ganhar corpo como força social a partir da Revolução Francesa, movimento que instituiu a modernidade sócio-histórica e política.

Embora tenha sua origem no último quarto do século XVIII, foi somente no momento subsequente, no século XIX, que a “práxis social” das classes empobrecidas e dirigidas ético-politicamente modificaram-se consideravelmente. Neste momento, destacam-se as contribuições teórico-práticas de Marx, Engels e de todos os que se identificaram com a tradição marxiana. Com o marxismo e sua práxis, a ação social dos subalternos alterou-se sobremaneira, ganhando contornos profundamente ideológicos e politizados.

Mesmo não sendo possível no século XIX promover a transformação radical do modo de vida nos termos em que Marx e Engels formularam (a revolução proletária), o movimento empreendido pelo proletariado - bem como por aqueles que não sendo destas classes subalternas a elas se vinculavam organicamente (os “intelectuais orgânicos”) - produziu um outro mundo, quantitativa e qualitativamente diferente. Para tanto, as classes subalternas fizeram uso dos conhecimentos da economia política, formularam projetos estratégicos, mobilizaram amplas setores sociais e buscaram construir as condições para superar o sistema de vida, que se transformou muito, porém resiste nos seus aspectos mais estruturais.

Ora, essa forma de “práxis social” é profundamente diferente do “agir comunitário” (Cf. GOHN, 1999, p. 86) empreendido atualmente, mormente pelo que denominamos de “terceiro setor”. Aliás, as diferenças entre a “práxis social” até então desenvolvida pelas classes subalternas e seus intelectuais orgânicos e a “práxis comunitária”, hoje posta em prática por algumas organizações sociais, são de tal ordem que entre elas se configura uma verdadeira oposição. Enquanto a “práxis social” buscava a mobilização das massas pela ação politizada e ideologizada, articulada por instrumentos organicamente vinculados entre si (como os partidos, os sindicatos e até mesmo mediante organizações internacionais dos trabalhadores, como é o caso das “Internacionais”), que indicavam o engajamento permanente e a perspectiva estratégica de transformação global do modo de vida, a “práxis comunitária” é focalizada, despolitizada, e articulada por instrumentos de mobilização cujo engajamento é eventual e de perspectiva não estratégica, além de afirmar-se como neutra ideologicamente.

Um exemplo elucidativo da oposição anunciada entre “práxis social” e “práxis comunitária” pode ser conferido ao se observar os sujeitos de cada uma delas, que respectivamente são o militante e o voluntário. O primeiro é o paradigma da ação social de perfil moderno, cujo engajamento e luta no processo de transformação social é princípio e finalidade de vida, enquanto que o voluntário, como o modelo de ação do “terceiro setor”, se engaja momentaneamente, sobretudo em campanhas específicas para tratar de problemas particulares, que não comprometem a sua vida e nem, muito menos, implica em riscos para o sistema social vigente, que o incorpora dinâmica reprodutiva.

Enfim, pelo que se expôs, há que se asseverar que enquanto a “práxis social” teve e tem amplo alcance histórico, impactando o modo de vida capitalista e desafiando-o a tomar outros rumos para além do capital, a “práxis comunitária” é profundamente limitada neste

sentido, a tal ponto de ser incorporada à dinâmica do capitalismo como um de seus elementos revitalizadores.

A “educação social” e a “educação comunitária”

Não obstante o desenvolvimento diferenciado em relação à “práxis social”, é preciso reconhecer que os que se ocupam da “práxis comunitária” impactam a presente realidade econômica, social, política e cultural com suas ações teórico-práticas. E fazem isso a partir de diferentes iniciativas, muitas das quais relacionadas à educação, que se torna uma das destacadas formas de atuação do “terceiro setor”.

O espaço educativo ocupado pela “práxis comunitária” não é o da educação formal, mas preponderantemente o da denominada educação não-formal^{xxiv}, que

aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou projetos educacionais, fruto da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc. (GOHN, 1999, p. 7)

Na multiplicidade de ações que lhe são características, o “terceiro setor” tem investido na intervenção social via ação educativa. É por essa via que tem ensinado amplos setores das classes subalternas a suportarem as crises, a se adaptarem a elas, a superarem os desafios que lhes ameaçam cotidianamente a vida, desenvolvendo ações de acordo com a própria lógica de funcionamento da acumulação flexível do capitalismo.

Essa ênfase na educação não-formal intensificou-se a partir da década de 90 do século passado e “decorre das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho.” (idem, p. 92) Repercutindo os movimentos próprios da estrutura social, que neste período se alterou consideravelmente em sua formatação e lógica de desenvolvimento, o “terceiro setor” utiliza a educação como instrumento de sua “práxis comunitária”, o que na verdade colabora na produção e reprodução da vida social nos termos em que ela é vivenciada em sua atual fase de desenvolvimento.

Ao analisar as estratégias educativas da “práxis comunitária” desenvolvidas pelas mais variadas organizações do “terceiro setor” na conjuntura brasileira atual, é possível observar que algumas delas apresentam-se com maior destaque. Vejamos algumas delas!

Para a consecução de seus ideais, a “práxis comunitária” do “terceiro setor” tem se traduzido, em muitos casos, em uma “educação para o trabalho”. Várias organizações estão desenvolvendo ações - por si só ou mesmo em parcerias com a comunidade e com o Estado (neste caso, há muitas escolas envolvidas) - cujo objetivo é o de treinar os indivíduos das classes trabalhadoras para o trabalho, mormente o de tipo “flexível”, que é a sua forma hegemônica atualmente em vigência.

Neste sentido, suas inúmeras ações assumem uma perspectiva de educação continuada, procurando oferecer aos trabalhadores e trabalhadoras preparação adequada para enfrentar as mudanças do trabalho produtivo, motivadas principalmente pelas inovações tecnológicas, que atingem a produção direta propriamente dita e seu gerenciamento. Isso é claramente observado nos cursos de informática oferecidos por diferentes organizações sociais do “terceiro setor” em distintos espaços sociais, como Igrejas, escolas, centros comunitários, escolas de samba (Cf. a ação social desenvolvida pela Mangueira no Rio de Janeiro) etc.

Porém, como sabemos, não há trabalho para todos; vivemos, aliás, na sociedade do desemprego estrutural. Então, a estratégia educativa de “reclicar” o trabalhador não é tão eficiente, pois pode treinar “bem” um indivíduo que ficará desempregado. Além do “custo desnecessário” - ojeriza do mercado e da lógica que preside as ações governamentais dos governos neoliberais, bem como de algumas organizações do “terceiro setor” -, isso oferece um duplo risco social: primeiro porque este desempregado pode se identificar com outros e organizar-se para reivindicar emprego e outras condições de trabalho; segundo porque “bem” treinado o trabalhador poderá perceber que o problema não é com ele individualmente - agora ele está “bem” treinado! - mas com o modo de vida, cujo funcionamento não abre espaço para o trabalho de todos.

Essa situação levanta questões importantes, em cujas respostas encontramos o que chamamos de “educação para a sobrevivência”. Neste caso, a “práxis comunitária” oferece alternativas aos que estão excluídos do trabalho em sua forma tradicional, e mediante a “educação para a sobrevivência” ensina como é possível ao trabalhador ou trabalhadora por si mesmo buscar alternativas para garantir a sua sustentação econômica. É assim que surgem cursos de preparação dos indivíduos para montarem micro-empresendimentos ou mesmo para se organizarem em cooperativas, pois dessa forma poderão ganhar algum dinheiro com a reciclagem de material devidamente coletado e selecionado, com a produção e venda de roupas, confeitos etc.

O estímulo a este tipo de atividade tem sido tão significativo que Governos Municipais, Estaduais e Federal estão abrindo linhas de crédito a baixos juros para financiá-las. Os chamados “Banco do povo” se espalharam pelo País afora, distribuindo recursos com êxito e obtendo uma inadimplência baixíssima. Isso sem contar o trabalho de algumas fundações privadas, que também têm investido em iniciativas como esta.

Essa multiplicidade de empreendimentos econômicos em busca da sobrevivência tem sido tão impactante que alguns analistas afirmam que elas estão gerando embriões de um novo setor econômico, denominado de “economia solidária”^{xxv}. Este nome se refere principalmente ao fato de que, mesmo organizando-se dentro da economia capitalista e buscando alternativas a partir de sua lógica de funcionamento, tais iniciativas diferenciam-se dela por solidarizar os custos, os trabalhos e lucros auferidos^{xxvi}.

Porém, para que os empreendedores da “economia solidária” tenham sucesso é preciso que seus empreendimentos estejam adequados ao mercado. Muito embora grande parte dessas iniciativas tenha o seu resultado apropriado coletivamente - seja distribuindo os lucros, seja reinvestindo-o no próprio negócio - a sua dinâmica de funcionamento deve estar completamente adaptada à eficiência, à eficácia, ao máximo lucro com o mínimo investimento, pois senão não sobreviverá na realidade econômica contemporânea.

Isso exige que os “empreendedores comunitários” estejam habilitados para lidar com essa nova exigência, muito mais complexa que o simples dispêndio da força braçal, que vendiam para sobreviver. Nesse novo cenário, é preciso que se conheçam os mercados, suas leis de funcionamentos e técnicas administrativas e gerenciais. Cursos para estimular o empreendedorismo e habilitar os empreendedores, sobretudo os jovens, surgem nos vários cantos do Brasil. E o que mais se exige desses novos “trabalhadores” (?) é o olhar focalizado na realidade, em busca de pragmaticamente identificar oportunidades a serem exploradas mercadologicamente. Eis o que chamamos de “educação para o empreendedorismo”, desenvolvida por inúmeras entidades públicas e privadas e, principalmente, por organizações do “terceiro setor”.

Pela obviedade que lhe é transparente, talvez nem seja o caso de citar o resultado social deste tipo de educação. Mas, já que estamos tratando disso, não nos custa dizer que a visão focalizada e o espírito pragmático, de um lado favorecem a reprodução do modo

capitalista de vida, e de outro deturpam a formação integral do educando, seja ele criança, jovem, adulto ou idoso. O resultado deste tipo de educação não poderia ser outro que não o de anuviar a consciência e amansar da ação social, colaborando com a reprodução do sistema global de vida.

Mas, para que o sistema funcione é preciso que os que estão inseridos no trabalho também participem do processo, dando a sua cota de esforço na produção e reprodução dessa dinâmica societária. Com todos participando, é possível a quem esteja excluído ver nos incluídos um exemplo a ser seguido, e quem esteja incluído ver nos excluídos um futuro a ser rechaçado.

Contudo, mobilizar os incluídos não é fácil, já que eles tendem, pela condição sócio-econômica vivida, à indiferença em relação ao demais, ao individualismo, à resignação ético-política. Daí a necessidade de se apelar à consciência, de se estimular a ação social como forma de aliviá-la ou de impulsioná-la com um estímulo positivo. É assim que muitos voluntários são mobilizados. Outros, todavia, pela radicalização do individualismo e da competitividade que a eles se incorporaram, investem no voluntariado porque vêem nisto a possibilidade de serem mais reconhecidos pelo mercado, já que essa ação de “responsabilidade social” tornou-se uma qualidade diferencial dos trabalhadores e das empresas no mercado^{xxvii}. É nessa complexa dinâmica que se institui a “educação para o voluntariado”.

Pelo que se observa, esses modelos educativos (“educação para o trabalho”, “educação para a sobrevivência”, “educação para o empreendedorismo” e “educação para o voluntariado”) lidam empiricamente com os problemas da coletividade, envolvem-se com eles, bem como trabalham focalizadamente com as agruras econômico-sociais dos indivíduos e grupos pertencentes às classes subalternas. Eles podem e devem continuar agindo assim, porque de fato dão respostas a problemas existentes, além de aliviarem consciências e estimularem outras a se integrarem na lógica de funcionamento do modo de vida, e isso sem a necessidade de se colocar em questão a legitimidade do sistema de vida ou procurar com sua ação superá-lo, como é próprio do limitado alcance do poder de transformação social da “práxis comunitária”.

Educação sócio-comunitária em construção

O fato de apontar os limites da “práxis comunitária” e da educação dela resultante - a “educação comunitária” em todas as suas variadas formas concretas de manifestação - não pode ser procedimento impeditivo da afirmação de suas possibilidades. Pelo contrário, aos pesquisadores cujo procedimento heurístico articula-se com históricos compromissos ético-políticos, a identificação das possibilidades que se abrem nos limites da realidade observada constitui-se como uma verdadeira necessidade epistemológica-militante, que se apresenta como condição para fazer avançar a luta pela superação do modo de produção e reprodução da vida capitalista.

Principalmente aos que como nós se referenciam nas assertivas gramscianas, o pessimismo da razão não deve limitar o otimismo da vontade. Por isso, neste momento passaremos a enunciar alguns elementos presentes da “práxis comunitária” que, articulados com a “práxis social”, podem colaborar na luta pela superação do modo de vida vigente, fazendo com que as “ações comunitárias” em geral, e particularmente as relativas à “educação comunitária”, ganhem alcance histórico.

Naturalmente, a apresentação das possibilidades que ao nosso ver se abrem na “práxis comunitária” ficarão limitadas à sua simples enunciação, e isso por que aqui o espaço é reduzido para discuti-las com a profundidade que a situação exige e também por

causa de nosso ainda limitado investimento heurístico sobre essa questão. Por enquanto, então, fiquemos somente com os anúncios de alguns elementos que nos chamaram a atenção, sobretudo porque podem sensibilizar os militantes em suas ações ético-políticas em busca da construção de uma nova ordem societária, qualitativamente diferente da capitalista.

O trabalho empírico com a realidade, com os problemas dos indivíduos e grupos das classes subalternas é o primeiro elemento que neste momento gostaríamos de destacar como sendo proveniente da “práxis comunitária” e que pode e deve ser articulado pela “práxis social” tendo em vista a superação da realidade presente. A proximidade concreta da realidade vivida pelo povo é um procedimento da “práxis comunitária” triplamente positivo, pois: a) possibilita combater o academicismo de muitas teorias revolucionárias, concebidas distantes do povo; b) chama a atenção dos militantes profissionais, enfiados nas burocracias partidárias e sindicais, que se consolidaram no País nas últimas décadas; c) cria as condições para que se reproduzam verdadeiros “intelectuais orgânicos” às classes subalternas, uma vez que

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, muito menos, “sente”. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, sem acreditar que o intelectual possa ser um intelectual [...] mesmo quando distinto do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, [...] não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal. Se a relação entre intelectuais e povo-nação [...] se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), [...] realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; [que] cria[-se] o bloco histórico (GRAMSCI, 1995a - grifo do autor).

A proximidade com os problemas do povo, o compartilhamento de sua paixão - compreendida nos termos políticos em que Gramsci a apresenta - motiva a solidariedade e o diálogo que se estabelece entre os “voluntários”, representantes dos Poderes Públicos e os excluídos do sistema econômico, ou mesmo os incluídos nele de forma subalterna. Isso não é pouco se imaginarmos que a tradição da “práxis social” é a do “centralismo democrático”, isto é, a do vanguardismo nas decisões. Conforme já nos ensinou Paulo Freire em passado recente e o MST no presente, ouvir e compartilhar as agruras das classes subalternas e com elas e para elas buscar a solução de problemas específicos que lhe desafiam a vida é um interessante movimento ético-político. Aliás, ele pode se constituir em uma grande lição da “educação comunitária” na e “educação social”, com resultados interessantes para o processo de organização e mobilização dos subalternos e seus intelectuais orgânicos.

Além desse trabalho empírico com os problemas do povo, que abre a possibilidade de uma articulação orgânica entre povo e intelectuais (nos termos em que Gramsci define este termo), um outro movimento característico da “práxis comunitária” também chama muito a atenção, qual seja a identificação dos excluídos entre si. Isso é muito interessante,

seja na sua dimensão municipal, estadual ou nacional, ou até mesmo na sua perspectiva internacional.

Local, estadual e nacionalmente temos tido muitas tentativas neste sentido, na tentativa de articular os trabalhos comunitários em rede. Movimentos em defesa da ecologia, em defesa dos meninos e meninas de rua, movimentos de cooperativismo, entre outros, têm procurado promover este tipo de mobilização, muito embora careçam de uma clara direção político-ideológica para se tornarem efetivamente uma força social. Mas,

Se esse setor conseguir articular-se internamente mediante mecanismos adequados de integração, intermediação e coordenação, tanto para efeitos de representação e elaboração de políticas mais globais como para o desenvolvimento de soluções mais eficientes para seus próprios problemas tecnológicos, financeiros, administrativos, comerciais e trabalhistas, é possível pensar que o notável crescimento quantitativo que as tem caracterizado até agora se estenda a um processo de superação qualitativa, que faça vislumbrar objetivos mais elevados. Assim, as OEP poderiam chegar a ser decisivas na solução de grandes problemas da marginalidade e da pobreza que afetam os setores populares (RAZETO, 1999, p. 57 e 58).

Internacionalmente isso também está em processo de gestação, e o Fórum Social Mundial (FSM), com todos os seus limites que seus próprios organizadores admitem (nos encontros de 2004 e 2005 uma das principais questões discutidas dizia respeito à necessidade de sair da crítica e estabelecer caminhos efetivos para a ação concreta de consolidação do lema “Um outro mundo é possível”), é o exemplo mais característico a ser mencionado quando se trata desta possibilidade de articulação mundial Sul-Sul.

Ao observar esse amplo movimento formado pela “práxis comunitária” dos indivíduos, não se pode deixar de perceber uma interessante aproximação entre realidade econômica e educação. Se os modelos pedagógicos tradicionais (aqueles que ganharam os espaços escolares) eram a-históricos e não-críticos, isto é, não consideravam a determinação social do fenômeno educativo^{xxviii} e, por conseguinte, se afastavam da realidade concreta, a “educação comunitária” aproxima-se dos problemas das classes subalternas para não somente conhecê-los, mas também para formular-lhes alternativas. Ela, portanto, investe decididamente na relação economia-educação, o que pode ser produtivo ético-política e sócio-historicamente para as classes subalternas.

É óbvio que esses movimentos mencionados podem não resultar em qualquer impacto transformador do modo de produção e reprodução da vida capitalista, até mesmo porque é característica deste sistema de vida a sua capacidade de assimilar as críticas e os movimentos que lhe são contrários. Porém, tendo em vista o grau de inativismo, de indiferença e apatia ético-política hoje vivenciada, o rompimento da inércia da passividade e da resignação torna-se algo alvissareiro. Além do que

os movimentos contraditórios [da] própria sociedade [...], no vasto e diversificado mundo da economia popular, as organizações econômicas populares – OEPs, como iniciativas coletivas e solidárias, podem muitas vezes representar os germes de uma nova cultura do trabalho, apresentando-se como alternativa à crise do emprego e/ou como parte integrante do projeto maior de transformação da sociedade (TIRIBA, 1998, 191).

Porém, essa boa nova só se efetivará se - e somente se - se

elaborar [...] um projeto social e econômico deste setor, que inclua sua presença e representação em nível político. A identidade de um fenômeno social se reforça quando dele surge um projeto unificador, que oriente seu desenvolvimento numa perspectiva coerente, e que o potencia na medida em que o projeto seja capaz de despertar e por em ação as energias indispensáveis para sua realização. (RAZETO, 1999 - tradução nossa)

Enfim, os limites observados na “práxis comunitária” não sufocam suas possibilidades de contribuir na luta pela superação do atual modo de vida, desde que articulada com a “práxis social”. De modo que essas possibilidades abertas pela “práxis comunitárias” devem ser dialeticamente interpretadas, uma vez que na realidade concreta elas se movimentam de forma contraditória: ao mesmo tempo em que abrem espaço para a transformação da realidade, também justificam o *status quo*.

O trabalho do pesquisador-militante será, portanto, o de interpretar essas possibilidades e, a partir delas, atuar tendo em vista a consecução de seus objetivos: a transformação da vida globalmente tendo como perspectiva os interesses das classes subalternas. De fato,

as organizações econômicas populares são atualmente uma realidade viva e aberta a diferentes evoluções possíveis e [que] seu destino está nas mãos de seus próprios integrantes e daqueles que aproximarem delas para apoiá-las solidariamente. Em qualquer caso, tratam-se de organizações que respondem a causas estruturais e a necessidades objetivas, de modo que continuaram existindo e crescendo (RAZETO, 1999, p. 56 e 57).

De todo o exposto podemos concluir que a educação sócio-comunitária ainda não existe; o que acontece nos dias atuais é um processo de aprofundamento da crise da “práxis social” e uma valorização da “práxis comunitária” e da educação dela resultante, a “educação comunitária” em suas mais variadas formas de manifestação. Portanto, a educação sócio-comunitária é um processo a ser construído pelos que lutam para edificar uma outra realidade sócio-histórica, a partir da própria realidade vivida e mediante a “práxis sócio-comunitária”.

Referências

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. Trad. de Denise Bottmann. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1987. (coleção Primeiros vãos)

_____. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

_____. *As origens da pós-modernidade*. Trad. de Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. Material e imaterial. *Jornal Folha de São Paulo – Caderno Mais!*, 13 de agosto de 2000, pp. 08 e 09.

_____. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. IN: DOURADO, Luiz Fernando e PARO, Vitor Henrique (orgs.) *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo, Xamã, 2001.

ARISTÓTELES. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 4ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1991. (Coleção Os pensadores; v. 11)

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Lívia de et all (orgs). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo, Cortez, PucSP e Ação Educativa, 1996, pp. 41 a 73.

BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. Trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo, Loyola, 1998. (Coleção Leituras Filosóficas)

CERIS, - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais sobre o *Perfil do Presbítero Brasileiro*. publicada em maio de 2004. (mimeo)

DEL RIO, Marcos e SILVA, Edilene da Cruz. A crise do mundo do trabalho e a atualidade de Gramsci. *Novos Rumos*, ano 18, nº 39, São Paulo, Cromo Sete Gráfica e Editora, 2003, pp. 22 a 35.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 7ª edição. São Paulo, Global editora: 1985. (Coleção bases; v. 13)

FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo, Hucitec, 1986.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. Rio de Janeiro, FGV - Fundação Getúlio Vargas, 2005. (Tese de doutorado apresentada à escola de Administração Pública e de Empresas da FGV)

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Trad. de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Mudança; v. 1)

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

_____ e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 1999. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 25)

GENTILE, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Trad. de Vânia Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, Vozes, 1995. (Coleção Estudos culturais em educação)

_____. *A terceira via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Trad. de Maria Luisa S. de A. Borges. Rio de Janeiro, Record: 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo, Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 71)

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Concepção dialética da história*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, 10ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, 9ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. IN: GADOTTI, Moacir. e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 1999, pp. 23 a 33. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 25)

HADDAD, Sérgio. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In: VIANNA JR., Aurélio. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília, Tipoprogresso, 1998.

HÉRACLITO. In *Os Pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. Trad. de José Cavalcanti de Souza e outros. 5ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1991 (coleção Os pensadores; v. 15)

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 1, nº 1, agosto-desembro de 2003, p. 109 a 127.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. A “práxis”: a relação social como processo. In: MARTINS, José de Souza e FORACHI, Marialice Mencarini. *Sociologia e sociedade – leituras de introdução*. Rio de Janeiro, LTC, 2002, pp. 147 a 159.

LEITE, Fabiane. Programas de Serra estão em ritmo lento. *Jornal Folha de São Paulo – Cotidiano*, 04 de janeiro de 2006, p. C5.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?* Campinas-SP, Autores Associados, 2000. (coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 71)

_____. Uma “catarsis” no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. *Phrónesis*. Campinas-SP, Puc-Campinas, 2000, pp. 106-118 (Revista de Ética, julho-dezembro de 2000, volume 2, número 2)

_____. Avaliação e responsabilidade social. IN: *Revista de Ciências da Educação*. ano 6, nº 11, 2º semestre de 2004, 280p., pp. 175-198.

_____. Conhecimento e disputa pela hegemonia: reflexões em torno do valor ético-político e pedagógico do senso comum e da filosofia para Gramsci. IN: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval. (orgs.) *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas-SP, Autores Associados e HISTEDBR, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã - 1º capítulo seguido das teses sobre Feuerbach*. São Paulo, Moraes, 1984.

MELLO, Alex Fiuza. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo, Cortez, 1996. (Coleção Questões de nossa época; v. 62)

MOTA, Vinicius. Decolagem turbulenta na América Latina. *Jornal Folha de São Paulo*. 29 de maio de 2005, p. A-26. (Caderno Mundo)

NERA, Luanda. Eu, tu, eles – crescem o número de empresas que preferem criar fundações e institutos próprios a investir em ONG's já existentes. *Folha de São Paulo*, caderno Sinapse, 30 de agosto de 2005, pp. 10 a 12.

_____. Os invisíveis. *Folha de São Paulo*, caderno Sinapse, 28 de junho de 2005, pp. 06 e 07.

NORONHA, Olinda Maria. *Cooperativismo sócio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais*, 2005. (mimeo)

PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.). *Educação não-formal: contexto, percursos e sujeitos*. Campinas-SP, UNICAMP/CMU; Holambra-SP, Editora Setembro, 2005.

POCHMANN, Márcio e outros. *Atlas de exclusão social – os ricos no Brasil*. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 2004. (v. 3)

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad. de Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Coleção Pensamento crítico; v. 7)

RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. IN: GADOTTI, Moacir. e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 1999, pp. 34 a 58. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 25)

_____. *La dimension economica del terceiro sector en America Latina*. 1999 (acessado em 07 de setembro de 2005

<[http://www.rits.org.br/acervo/pesquisa_detalhe.cfm?CA=1186&Primeiro_Reg_pag...>](http://www.rits.org.br/acervo/pesquisa_detalhe.cfm?CA=1186&Primeiro_Reg_pag...))

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1999.

SILVA, Felipe Luiz Gomes. *O que é o terceiro setor?* 2003 (acessado em 07 de outubro de 2005

<[http://www.rits.org.br/acervo/pesquisa_detalhe.cfm?CA=2003&Primeiro_Reg_pag...>](http://www.rits.org.br/acervo/pesquisa_detalhe.cfm?CA=2003&Primeiro_Reg_pag...))

SORJ, Bernardo. *Sociedades civis e relações Norte-Sul: ONGs e dependência*. Trad. de Plínio A. Dentzien, Rio de Janeiro, Working paper 1 do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.centroedelstein.org.br -, novembro de 2005.

SOUZA, Leda Cíntia Assis de. *Vínculos entre economia de comunhão, educação e gestão do trabalho: contradições e desafios*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2005. (dissertação de mestrado)

TENÓRIO, Fernando. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. 1999 (acessado em 07 de outubro de 2005

<[http://www.rits.org.br/acervo/pesquisa_detalhe.cfm?CA=1194&Primeiro_Reg_pag...>](http://www.rits.org.br/acervo/pesquisa_detalhe.cfm?CA=1194&Primeiro_Reg_pag...))

TIRIBA, Lia Vargas. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1998, pp. 189 a 216. (Coleção estudos culturais em educação)

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. *Filosofia da praxis*. Trad. de Luiz Fernando Cardoso. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Artigo recebido em: 30/ 07/2007

Aprovado para publicação em: 30/11/2007

ⁱ Coordenador do Programa de Mestrado em Educação do Unisal Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Doutor em Filosofia e História da Educação.

ⁱⁱ A concepção de práxis utilizada como referência neste trabalho é aquela apresentada por Vázquez em seu *Filosofia da práxis*. Considerando o seu uso variado nas diferentes línguas (VÁZQUÉZ, 1977, p. 03), inclusive a sua clássica noção aristotélica, que diferencia *práxis*, *poiésis* e *theoria*, Vázquez entende-a como sendo toda “atividade material que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano” (VÁZQUÉS, 1997, p. 3).

ⁱⁱⁱ Segundo Pochmann, em seu recente *Atlas da exclusão social - os ricos no Brasil*, nos últimos 20 anos aumentou ainda mais a concentração de renda em nosso País. Alguns dados são expressivos dessa situação, por exemplo: em 1980, os ricos (pessoas integrantes de famílias com renda mensal acima de R\$ 10.982,00, valor de setembro de 2003) tinham uma renda 10 vezes superior à dos pobres, enquanto que em 2000 essa diferença chegou a 14 vezes. Além disso, a concentração de renda é de tal ordem que as famílias ricas (1,162 milhão) chegam a deter 75% do PIB nacional (R\$ 1,3 trilhão); deste total, 5000 famílias sozinhas são proprietárias de 45% do PIB (R\$ 691 bilhões), fazendo do Brasil um dos países mais desiguais e injustos do mundo. Além disso, nos últimos quatro anos a América Latina vai bem com o seu Produto Interno Bruto: variação média de -0,5% a 4,4%, enquanto que a população vai mal com a sua vida: 40 em cada 100 pessoas são pobres - ter dinheiro para comprar até 2 cestas básicas - e 18 são indigentes - dispor de recursos para comprar só uma cesta básica. (Folha de São Paulo, 29 de maio de 2005).

^{iv} Um caso emblemático disso é a redução do número dos trabalhadores na base sindical da categoria que integramos e da qual fomos dirigente sindical: os metalúrgicos de Campinas e região. Se durante a década de 80 do século XX tinha-se 72.000 trabalhadores, a partir dos primeiros anos do século XXI ele reduziu-se para cerca de 35.000 pessoas.

^v O conceito de mundialização é aqui utilizado na acepção que Mello fornece em seu *Mundialização e política em Gramsci*. Para ele, “‘mundialização’ será aqui tomado no sentido predominantemente utilizado pela maioria da recente literatura internacional que tem abordado o tema da constituição de relações, processos e estruturas em escala mundial, concebendo-o como emergência e consolidação de um novo patamar de sociabilidade e institucionalidade, de alteridade distinta das formações societárias pretéritas ou de alguma forma ainda presentes atualmente na história contemporânea, mas que vão sendo progressivamente subsumidas pelas tendências dominantes de um novo ordenamento social articulado em plano supranacional, traduzido freqüentemente como ‘globalização’ ou versões variadas do que seria uma emergente e definitiva espécie de ‘sociedade global’.” (MELLO, 1996, p. 9 - grifos do autor)

^{vi} A “ideologia” é entendida neste momento do texto como uma falsa consciência (Cf. MARX e ENGELS, 1984, p. 22 e idem, 1987, p. 49), como uma visão distorcida da realidade, e não como alguns marxistas a interpretaram, como é o caso de Gramsci, que dá “ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em toda as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1995, p. 16)

^{vii} Neste momento de crise política vivida pelo Governo Lula e seu partido (Partido dos Trabalhadores - PT), bem como também por todo o Congresso Nacional, um dos temas que ganha destaque na mídia é justamente o “silêncio dos intelectuais”, sobretudo daqueles cuja trajetória acadêmica se confundiu com a construção do PT. Marilena Chauí é o caso mais exemplar deste fato.

^{viii} Interessante observar a pesquisa do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais sobre o *Perfil do Presbítero Brasileiro*, publicada em maio de 2004. Nela se pode ver que os pesquisadores constataram esse mesmo movimento atingindo a vida eclesial dos presbíteros. Se a partir do Concílio Vaticano II (em 1962, com João XXIII) a militância sócio-política tornou-se a tônica da ação eclesial - sobretudo no Brasil e na América Latina, onde nasceu e mais se desenvolveu a Teologia da Libertação -, nas das duas últimas décadas do século XX a espiritualidade ganhou uma nova tonalidade, passando a ser vivida sob a forma individual e expressando-se subjetivamente, isto é, sem a preocupação com o contexto econômico e nem, muito menos, engajada nas lutas político-sociais. Segundo a pesquisa deste centro de pesquisa ligado à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), o Vaticano II inaugura a “modernidade na Igreja”, enquanto que hoje “Temos vivido tempos de mudanças, tempos de crise, tempos de desafios. Com a crise da modernidade ou período pós-moderno, marcado por processos que se interpenetram: globalização, neo-liberalismo, crise do sujeito, pluralismo em todos os campos [...] a ousadia de abraçar as novas perguntas e o

desafio de respondê-las não como os velhos paradigmas, mas a partir de novas perspectivas e possibilidades de ação, está colocado para as instituições” (CERIS, 2004, p. 03).

^{ix} Sobre essa questão é muitíssimo interessante conferir o trabalho de Bernardo Sorj, denominado *Sociedades Civis e relações Norte-Sul: ONG's e dependência*. Neste texto, o autor defende a idéia de que “a mais forte expressão da sociedade civil nos países em desenvolvimento, as ONGs independentes, embora compartilhem elementos comuns com suas equivalentes em países avançados, são **ONGs dependentes**. O conceito de dependência foi elaborado principalmente por cientistas sociais latino-americanos para caracterizar como países em desenvolvimento aqueles cujas estruturas econômicas carecem de capacidade de produzir localmente inovação tecnológica. Por extensão, definimos como dependentes as organizações da sociedade civil cuja principal fonte de financiamento e agenda vêm dos países avançados” (SORJ, 2005, p. 3 e 4 - grifos do autor). Ainda acerca da dependência direta ou indireta das organizações não-governamentais dos recursos estatais, Cf. o artigo de HOROCHOVSKI denominado *Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos*.

^x Interessante notar que muitas prefeituras têm buscado parcerias com organizações do “terceiro setor” como forma de enfrentar as suas dificuldades orçamentárias e legais. O atual governante da cidade de Campinas-SP, “Dr. Hélio” - PDT, impedido pela “Lei de Responsabilidade Social” de fazer contratações de pessoal para o atendimento à saúde, aventa a possibilidade de perpetrar parcerias com as organizações do terceiro setor. José Serra - PSDB, quando prefeito da cidade de São Paulo, já se adiantou, pois conseguiu aprovar na Câmara Municipal, em 03 de janeiro de 2006, uma proposição que possibilita essa operação de privatização (Cf. LEITE, 2006, C5).

^{xi} Muitos autores brasileiros têm se referenciado no texto de Fernandes denominado *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina* ao discutir essa questão. Em suas considerações sobre o “terceiro setor”, reproduzem sistematicamente o quadro da p. 25, que especifica as características do três setores sociais:

AGENTES	FINS	SETOR
Públicos	Públicos	Estado
Privados	Privados	Mercado
Privados	Públicos	Terceiro Setor

^{xii} Aprendemos com o filme de Sérgio Bianchi, denominado *Quanto vale ou é por quilo?*, de 2005, que há uma série de entidades auto-denominadas filantrópicas que faturam em cima da desgraça e miséria alheias, e com o texto de Ferreira, que são “diversos os desvios que têm ocorrido no trabalho desenvolvido por algumas ONG's, que servem, por vezes, a interesses pessoais, legais ou não e revelam-se um terreno fértil para a proliferação de corrupção e clientelismo, em geral às custas de verbas públicas” (FERREIRA, 2005, p. 1).

^{xiii} Segundo a definição da ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais), “uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. Nossa legislação prevê apenas três formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos, com essas características – associação, fundação e organização religiosa. Por não ter objetivos confessionais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada” (Cf. <http://www.abong.org.br>).

^{xiv} Pelas informações disponibilizadas pela ABONG, sabe-se que um estudo publicado em 2004 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em parceria com a ABONG e o GIFE (Grupo de Institutos, fundações e Empresas) revelou que no ano de 2002 havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos (FASFIL) no País, empregando 1,5 milhão de pessoas. Na imensa diversidade que lhe caracteriza (hospitais, igrejas, universidades, associações patronais e profissionais etc.), 77% delas não tem sequer um empregado e, por outro lado, 1% do total (2500 entidades) absorve um milhão de trabalhadores, em sua maioria de instituições filantrópicas.

^{xv} Conjunto de aparelhos, estruturas sociais que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, o que determina a hegemonia cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade.

^{xvi} É uma extensão da sedimentação ideológica promovida pela sociedade civil, que se expressa através dos aparelhos e coercitivos do Estado, visando adequar as massas à ideologia dominante, sua economia e modo de produção.

^{xvii} Na dinâmica que se estabelece entre as classes sociais - dominantes e dirigentes de um lado e as subalternas de outro - surgem os intelectuais. Entre os seus mais diferentes tipos, destacam-se os “intelectuais orgânicos”, isto é, aqueles que se vinculam a uma das classes e agem em função dos interesses delas. Nas palavras de Gramsci temos que “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 1995a, p. 03). Ou seja, os intelectuais se

constituem em uma camada social que se apresenta, ou auxiliando a classe dominante e dirigente na imposição de sua hegemonia, ou buscando promover a reforma intelectual e moral para a libertação das classes subalternas, mediante a contraposição à hegemonia instalada, do que resulta que a precípua “tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática” (GRAMSCI, 1995a, p. 178).

^{xviii} Considerada como uma das formulações mais centrais na obra gramsciana (Cf. PORTELLI, 1990: p. 15), o conceito de bloco histórico compreende as relações das modernas formações ocidentais como resultantes do dinâmico entrelaçamento de duas esferas societárias: a sociedade civil e a sociedade política. Na superestrutura, sociedade civil e sociedade política imbricam-se: quanto menos coerção física, mais se sinaliza no sentido da consolidação da hegemonia da classe dominante e dirigente, o que resulta na ampliação do grau de democracia. A partir do final do século XIX, essa dinâmica societária tornou-se característica das relações sociais vigentes, mormente no ocidente. Aqui, as relações sociais instituem-se baseadas no consenso articulado por um “bloco social dominante”, que assim se afirma porque consegue reunir forças suficientes para enquadrar os indivíduos em determinados padrões de comportamento que são de seu interesse, via os aparelhos da sociedade civil, ou mesmo fazendo uso força dos instrumentos repressores da sociedade política contra os que insistem em manter comportamentos inadequados, ou melhor, contrários aos interesses da classe dominante e dirigente. Assim, pode-se dizer que “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados deixados à iniciativa particular da classe dirigente” (GRAMSCI, 1968, p. 145). Ou seja, “poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1968, p. 149) nas sociedades do capitalismo desenvolvido, as “sociedades ocidentais” segundo a denominação gramsciana.

^{xix} A “Terceira via” foi o movimento integrado por governos de diferentes nações que marcou a década de 90, momento de arrefecimento mundial da hegemonia da ideologia neoliberal. Formado por governos auto-denominados social-democratas, que afirmavam agir buscando uma alternativa entre o (acerto do) modelo neoliberal e o (erro do) keynesianismo, a “terceira via” foi sustentada teoricamente sobretudo por Giddens (Cf. GIDDENS, Anthony. *A terceira via - reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*). Talvez, dois exemplos de personalidades internacionais que participaram desse movimento sejam suficientes para constatar o caráter conservador dele: Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, com sua continuidade competente e limpa das operações neoliberais iniciadas por Fernando Collor de Melo, e Tony Blair, da Inglaterra, com o seu governo caracterizado pelo aprofundamento do tatcherismo, apesar de liderar o Partido Trabalhista.

^{xx} Na década seguinte - 1980 -, nos EUA, o “terceiro setor” era designado pela expressão *nonprofit sector*, que todavia manifesta “o individualismo liberal que caracteriza o regime político e a cultura de lá, no qual o ideário dominante é o da precedência da sociedade em relação ao Estado e o associativismo e o voluntarismo estão fortemente arraigados na cultura” (FERREIRA, 2005, p. 33).

^{xxi} Convém esclarecer que o termo “concreto” aqui utilizado faz referência à heurística marxiana. Ele nos indica a necessidade de se avaliar as “coisas” e fenômenos sociais a partir da perspectiva dialética, que não se restringe à análise empírica, mormente porque que exige a identificação dos nexos explicativos da natureza e do desenvolvimento dos “objetos” avaliados (Cf. KOSIK, 1976).

^{xxii} O Estado de São Paulo conta com a OCESP - Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - legalmente instituída e atuante na precípua tarefa que lhe compete, bem como com uma seção do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/SP -, que trabalha pelo desenvolvimento do cooperativismo oferecendo capacitação profissional, assessoria, consultoria e atividades sociais para as cooperativas. Nacionalmente temos, inclusive, um Conselho Nacional de Cooperativismo, instituído pela Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971 - período de alto recrudescimento da ditadura militar no Brasil - e cuja atribuição fundamental é a de formular a orientação geral para a política do cooperativismo.

^{xxiii} É o caso do Decreto nº 979, de 06 de janeiro de 1903, que permitiu a organização de cooperativas pelos sindicatos, bem como organização de caixas rurais de crédito e de consumo. Além disso, em 05 de janeiro de 1907, surgiu também o Decreto nº 1637, pelo qual o Governo reconhece a utilidade das cooperativas.

^{xxiv} “a terminologia ‘educação não-formal’ não [é] a melhor” (PARK e FERNANDES, 2005, 10), porque esse modelo educativo tem forma - só que “bastante fluida, com contornos maleáveis que se ajustam a indivíduos, desejos e conteúdos” (idem, 68).

^{xxv} Alguns autores chegam a afirmar que no momento presente estamos vivenciando a instituição de uma “racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas, a qual implicam, por parte dos sujeitos econômico-educativos, comportamentos sociais e pessoais novos [...] Esses novos comportamentos sociais não são outra coisa senão as relações a que se refere o fator “C”, chamado assim porque, no nosso idioma e em outros idiomas, começam com a letra mencionada vários dos termos de relacionalidade como

cooperação, coordenação, comunicação, companheirismo, coletividade, comunidade, *cambiamanos* (dos quinchuas do Equador), *convite* (dos camponeses haitianos) etc. (GUTIÉRREZ, 1999, p. 102 - grifos do autor)

^{xxvi} Mesmo sendo anunciadas como novidade, iniciativas como essas já existiam antes mesmo da superação da fase fordista/taylorista de acumulação capitalista no Brasil. Exemplo disso são as ações do movimento católico Focolares, presente no Brasil desde 1958 através de inúmeros empreendimentos empresariais pautados pela “economia de comunhão”. Para maiores informações sobre essa questão, Cf. a dissertação de mestrado denominada *Vínculos entre economia de comunhão, educação e gestão do trabalho: contradições e desafios*, de Leda Cíntia Assis de Souza, defendida em 2005 na Universidade Federal de Uberlândia.

^{xxvii} Como dissemos em outra parte, “É por isso que hoje em dia estão surgindo muitas iniciativas no cenário nacional relativas à responsabilidade social. Diferentes atores sociais formulam e buscam implementar proposições para serem vistos como responsáveis socialmente. ONG’s são criadas para estimular ações socialmente responsáveis e até mesmo grupos de empresários estão sendo constituídos para lidar com a responsabilidade social das empresas. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado em 1998, é um bom exemplo a ser citado. Constituído como uma “associação de empresas de todo tamanho e setor interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento” (BELIK, 2003: orelha do livro), hoje o Ethos trabalha na criação de indicadores que possibilitem às empresas qualificarem-se como socialmente responsável. Segundo informações do Portal Ethos, temos que “Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da empresa. Trata-se de um instrumento de auto-avaliação e aprendizagem de uso essencialmente interno.” (Cf. www.ethos.org.br) E se as empresas quiserem se qualificar socialmente para além das fronteiras nacionais, elas já podem contar com a Norma Internacional de Responsabilidade Social - SA 8000. Criada em 1997 pela CEPAA - Council on Economics Priorities Accreditation Agency -, hoje conhecida como SAI - Social Accountability International -, uma ONG norte-americana, a SA 8000 é a primeira certificação da responsabilidade social internacional^{xxviii}. Normatizada, a empresa pode melhor competir no mercado internacional, que cada vez mais exige certificações como esta” (MARTINS, 2004, p. 193).

^{xxviii} Conforme a concepção de Saviani manifesta em seu *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*.